

MP autoriza empréstimo de R\$ 20 bilhões para trem-bala

Medida provisória publicada ontem autoriza a União, por meio do BNDES, a repassar por empréstimo até R\$ 20 bilhões para viabilizar a obra, incluída no PAC. Valor total previsto para o empreendimento é de R\$ 34,6 bilhões

Foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* a Medida Provisória 511/10, que autoriza a União a assegurar o financiamento de mais da metade do custo previsto para o trem de alta velocidade (TAV) que vai ligar o Rio de Janeiro a Cam-

pinas (SP), passando pela capital paulista. O BNDES poderá emprestar até R\$ 20 bilhões. O trem-bala, cuja ferrovia deverá ter 511 quilômetros de extensão, foi orçado em R\$ 34,6 bilhões e integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Já para

2011, o Orçamento prevê investimento de R\$ 446,7 milhões. O governo espera concluir o processo de licitação no mês que vem. Enquanto isso, estudo da Consultoria do Senado aponta falhas no projeto do TAV, como em relação à estimativa de custos. **3**

especial Cidadania

Filhos de pais separados protegidos de manipulação

Brasil é o primeiro país do mundo a ter legislação específica contra a alienação parental – conceito que abrange práticas em que pais separados utilizam os filhos como meios de vingança contra os ex-cônjuges. **4 e 5**

Manifestação de 2007 da ONG Pais por Justiça, que luta contra a síndrome da alienação parental e pela guarda compartilhada



Org. Pais por Justiça/Divulgação

Fórum vai debater direitos de pessoa com deficiência **2**

Gaúcha vence 3º Concurso de Redação do Senado **8**



Secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra (C), coordena reunião que começa a planejar posse da nova presidente no Congresso Nacional

José Cruz/Senado Federal

Congresso começa a planejar a cerimônia de posse da presidente eleita, Dilma Rousseff **2**

Gim conversará com ministro sobre o novo salário mínimo

Ao anunciar que conversará com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, o relator-geral do projeto de Orçamento, Gim Argello, manifestou a expectativa de que o piso poderá ser maior que os R\$ 538,15 mencionados no relatório preliminar. **3**

Expectativa é de que o evento de 1º de janeiro seja realizado à tarde, para que novos governadores também possam participar após as suas próprias posses



Secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra (E), coordena reunião que discute os preparativos para a posse presidencial

Legislativo organiza festa para posse de Dilma Rousseff

COM A INSTALAÇÃO, ontem, da equipe de transição do governo da presidente eleita, Dilma Rousseff, intensificam-se também no Legislativo os preparativos da posse presidencial. Apesar de o presidente do Senado, José Sarney, e Dilma ainda não terem fixado o horário da cerimônia, em 1º de janeiro, a expectativa é de que o evento, como em anos anteriores, ocorra à tarde. Isso para permitir que os governadores eleitos tomem posse antes de se deslocarem para assistir à cerimônia em Brasília.

No momento em que a equipe de transição do novo governo se instalava em Brasília para iniciar seus trabalhos, a coordenadora dos preparativos da posse presidencial no Legislativo, a

secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, reunia-se com os vários setores do Parlamento incumbidos de organizar a cerimônia. O encontro foi na Biblioteca Luiz Viana Filho, do Senado.

Esses setores iniciaram as atividades de preparação do evento antes mesmo de realizadas as eleições. Funcionários da Gráfica do Senado, da Secretaria de Relações Públicas e da Polícia do Senado se mobilizam desde junho para organizar a cerimônia, que deve reunir em torno de 1.200 pessoas para saudar a governante do Brasil nos próximos quatro anos.

Como ocorreu em posses anteriores, a cerimônia está prevista para durar aproximadamente duas horas e deve atrair grande

número de pessoas à Esplanada dos Ministérios, mesmo com as chuvas próprias dessa época do ano na capital. Dilma Rousseff e o vice-presidente eleito, Michel Temer, vão partir da Catedral de Brasília em direção ao Congresso, em carro aberto. Em razão do risco de chuva, há um plano alternativo para o trajeto em carro fechado.

No Congresso, os parlamentares eleitos serão recebidos pelos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. No Plenário da Câmara, a nova presidente será saudada por Sarney e, em seguida, o primeiro-secretário da Mesa do Congresso fará a leitura do termo de posse. A presidente e seu vice assinarão o livro, e Sarney os declarará empossados. Eles assumirão oficialmente seus cargos, devendo, então, Dilma Rousseff fazer seu primeiro pronunciamento à nação.

Cerimônia de posse da nova presidente deve durar duas horas e atrair 1.200 convidados

Posse dos chefes do Executivo pode mudar para 2 de janeiro

Tramita no Senado proposta de emenda à Constituição (PEC) que muda para o dia 2 de janeiro a data de posse dos eleitos para os cargos do Poder Executivo – presidente da República, governadores e prefeitos. A nova data é prevista em substitutivo apresentado pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-MG) a proposta do senador Marco Maciel (DEM-PE).

A iniciativa ainda estabelece que a mudança constitucional passará a vigorar só a partir de 2013, quando tomarem posse os prefeitos eleitos em outubro de 2012. Assim, mesmo se a proposição for aprovada este ano, a posse da presidente eleita, Dilma Rousseff, continua marcada para o dia 1º de janeiro de 2011.

Já aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, a PEC 51/06 aguarda, desde 2008, votação em Plenário. O relatório de Arthur Virgílio foi apresentado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O objetivo da mudança, explica Marco Maciel, é facilitar a participação de líderes estrangeiros e de autoridades nacionais nas cerimônias de posse, uma vez que o dia 1º de janeiro é uma data de festejos em grande parte do mundo. No parecer, Virgílio concorda com essa argumentação e acrescenta que também a sociedade brasileira acaba deixando de participar da festa da posse porque ela ocorre poucas horas depois



Proposta de Maciel, se aprovada, passa a vigorar a partir de 2013

da virada do ano.

A proposta original de Marco Maciel estabelecia a alteração da posse para o dia 3 de janeiro.

Senado vai debater direitos das pessoas com deficiência

O perfil das pessoas com deficiência no Brasil, o conceito de deficiência dado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e as formas de atendimento a esse segmento da sociedade são algumas das questões que o Senado discutirá entre os dias 8 e 9 de dezembro, no 6º Fórum Senado Debate Brasil. O evento ocorrerá no auditório do Interlegis, em Brasília.

O fórum será centrado na Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. No evento, será divulgada pesquisa, realizada pelo Senado, a respeito da percepção dos deficientes sobre a eficácia da legislação que os contempla. Outro debate será acerca do papel do Parlamento nesse assunto.

O objetivo do evento é discutir a efetividade da Convenção da ONU no Brasil, tendo em vista os avanços dos últimos anos em acessibilidade e reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência. O próprio Senado, desde 2005, trabalha com uma comissão permanente para promover ações inclusivas e já se tornou

referência nacional, ao adaptar suas instalações.

O evento é promovido pela Secretaria de Coordenação Técnica e Relações Institucionais da Presidência do Senado, em parceria com o programa Senado Inclusivo e a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O fórum contará com a presença dos ministros José Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF); Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e Joelson da Costa Dias, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Participará também o desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que é deficiente visual.

O fórum é gratuito e aberto ao público. As inscrições podem ser feitas pelo site www.senado.gov.br/forumdebatebrasil. Outras informações podem ser obtidas pelo e-mail scotri@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3303-5851.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Noventa anos de dom Eugênio Sales

14h Os senadores homenageiam os 90 anos de dom Eugênio Sales, arcebispo emérito do Rio de Janeiro. Em seguida, analisam proposta que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Presidência TCU entrega lista de obras irregulares

11h30 O senador José Sarney recebe o embaixador Carlos Alfredo Lazary Teixeira. Às 14h, preside sessão de homenagem a dom Eugênio Sales. Às 15h30, recebe relatório do TCU sobre obras com indícios de irregularidades.

CRA Seguro-desemprego na entressafra

9h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina proposta que concede seguro-desemprego no período de entressafra ao trabalhador que cultiva cana-de-açúcar.

CAE Retrato de ex-presidente

10h Colocação de retrato do ex-presidente da comissão Aloizio Mercadante (PT-SP). Logo depois, a CAE examina dois pedidos de empréstimos externos. Às 14h, seminário com a economista Maria da Conceição Tavares.

CE Construção de centros olímpicos

11h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte analisa projeto que autoriza o Executivo a criar o Programa de Centros Olímpicos, destinado a apoiar capitais e cidades com mais de 500 mil habitantes.

CMA Direito de consumidor

11h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto que determina a troca de produto idêntico ou similar ao defeituoso, se o conserto demandar mais de dois dias úteis.

CPI Decisão sobre convocações

14h A CPI da Pedofilia se reúne para análise de requerimentos de convocação.

Lançamento Vocabulário da política

18h30 Lançamento do livro *Vocabulário da política*, de Octaciano Nogueira, produzido pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Gim vai a ministro por salário mínimo

O relator-geral do projeto de Orçamento para 2011, senador Gim Argello (PTB-DF), disse que marcará uma conversa com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, a fim de saber o que o governo pretende em relação ao valor do salário mínimo a partir de janeiro. As centrais sindicais têm pressionado por um salário mínimo de R\$ 580, mas tanto Bernardo quanto o ministro da Fazenda, Guido Mantega, têm aconselhado cautela em relação ao aumento, de modo a adequá-lo ao controle das contas públicas.

– Vou conversar com o ministro para ver qual o melhor número, qual a melhor saída. Como a [ex-] ministra disse que é possível melhorar, tenho certeza de que eles estão estudando essa melhora. Ainda tenho expectativa de um reajuste maior para o salário mínimo – explicou Gim Argello.

Apesar de seu relatório preliminar, apresentado na sexta-feira, mencionar um salário mínimo de R\$ 538,15 para o próximo ano, esse valor pode ser maior. Segundo o parlamentar, há folga para se chegar a um mínimo de até R\$540.

– Agora, a equipe econômica está estudando, disse.



Gim Argello diz que vai se encontrar com ministro do Planejamento, Paulo Bernardo

CMO faz reuniões hoje e amanhã

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza duas reuniões nesta semana para votar projetos de lei que concedem créditos adicionais a diversos órgãos do governo federal. As reuniões serão realizadas hoje e amanhã, sempre às 14h30.

Entre as 20 matérias na pauta da CMO, está o Projeto de Lei do Congresso 28/10, que abre crédito especial em favor da Infraero, para a ampliação do aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte.

Nessas duas reuniões, a comissão poderá também aprovar relatórios de prestação de contas do governo federal.

Presidente do BC fala ao Congresso

A CMO promove na quinta-feira audiência pública com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, para avaliar o cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.

Em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, Meirelles apresentará os resultados e o custo final de operações realizadas durante 2009 e no primeiro semestre de 2010.

Também participam do debate, às 10h, parlamentares das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado.

Conforme medida provisória publicada ontem, os recursos serão oferecidos pelo BNDES. O trem de alta velocidade ligará os municípios de Campinas e Rio de Janeiro

MP autoriza financiamento de R\$ 20 bi para trem-bala

O DIÁRIO OFICIAL da União circulou ontem com o texto de medida provisória (MP 511/10) que autoriza a União a garantir financiamento de até R\$ 20 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o concessionário que irá explorar o trem de alta velocidade (TAV), que ligará os municípios do Rio de Janeiro e Campinas (SP).

O trem integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lista de obras prioritárias do governo, e tem um custo global estimado em R\$ 34,6 bilhões. A capital de São Paulo está incluída no trajeto da linha de 511 quilômetros.

Pelo texto, a União também será autorizada a conceder subvenção econômica ao BNDES, de até R\$ 5 bilhões, mediante equalização de juros, nas operações destinadas ao TAV. A subvenção será concedida se houver frustração de receitas na fase de operação do empreendimento, conforme condições previstas na medida provisória.

O empreendimento foi assunto da campanha eleitoral e também tema de ampla reportagem da Agência Senado no fim de semana.

Além de garantir o empréstimo de R\$ 20 bilhões, via BNDES, a União deve ainda participar da composição do



Lançamento do edital do TAV: subvenção em caso de prejuízo operacional

capital da sociedade de propósito específico (SPE) responsável pelo empreendimento, junto com o concessionário privado, a ser escolhido em leilão marcado para 16 de dezembro. A participação estatal será de R\$ 3,9 bilhões.

A MP também autoriza a

União, a critério do Ministério da Fazenda, a renegociar as operações de crédito firmadas com o BNDES (respeitada a equivalência econômica), para compatibilizar o fluxo de caixa da instituição ao da operação de financiamento a projetos associados ao TAV.

Mecanismo assegura compensação por perdas

A mesma MP que autoriza a União a garantir financiamento de até R\$ 20 bilhões do BNDES ao trem-bala que ligará o Rio de Janeiro a Campinas (SP) trata ainda de compensações à instituição em decorrência de perdas de créditos relacionados a financiamentos para investimentos em infraestrutura no país.

Pelo texto da MP 511/10, a União poderá abater, até o total de R\$ 20 bilhões, parcelas do saldo devedor de operações de crédito firmadas pelo banco, para contrabalançar

provisões (reservas preventivas) feitas para eventuais créditos de liquidação duvidosa decorrentes de investimentos em infraestrutura.

Esse tipo de contrapartida começou a valer a partir de ontem, data da publicação da MP. Mas o abatimento só ocorrerá quando o provisionamento feito pelo banco, diante da esperada perda, resultar em queda do patrimônio de referência (definição dada pelo Conselho Monetário nacional) em pelo menos R\$ 8 bilhões.

Essa ressalva visa, portanto, assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da instituição diante de sua participação como financiadora de projetos de investimento de grande porte, como o próprio trem de alta velocidade.

Ainda pelo texto da medida, os abatimentos deverão ser suficientes para compensar até 90% das perdas sobre o valor provisionado. O BNDES terá de restituir ao Tesouro os valores abatidos, caso os créditos venham a ser recuperados.

Empresa deve ser conhecida em dezembro

O trem de alta velocidade (TAV) que deve ligar Campinas ao Rio de Janeiro, passando por São Paulo e Guarulhos, deveria estar concluído em 2017, após a Copa do Mundo e os Jogos de 2016. Em julho, na solenidade de lançamento do edital, o presidente Lula manifestou o desejo de que tudo fique pronto antes do prazo, para que o TAV possa operar já durante os eventos esportivos. Só com o tempo se vai saber se há fôlego para essa arrancada, a começar em dezembro próximo com o anúncio do resultado da licitação que definirá a concessionária para executar o projeto e explorar os serviços.

O custo global do TAV está orçado até agora em R\$ 34,6 bilhões, com projeção de despesas de R\$ 446,7 milhões para o próximo ano, conforme a proposta orçamentária que o governo encaminhou ao Congresso, neste momento em exame na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

As dotações estão distribuídas em quatro ações distintas, uma delas prevendo despesas de R\$ 135 milhões como aporte inicial de capital para a empresa pública que entrará como sócia no empreendimento. O capital total dessa empresa deve chegar a R\$ 3,9 bilhões, recursos que serão direcionados a ações de mitigação ambiental e desapropriação de terrenos.

Na esfera direta do Ministério dos Transportes, estão previstos ainda R\$ 204,5 milhões para despesas de apoio à implantação do TAV. Outra ação registra R\$ 37,6 milhões para despesas relativas à constituição de sociedade entre o setor público e o sócio privado. Finalmente, estão previstos R\$ 69,6 milhões para a implantação do TAV no orçamento da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT).

Embora sem nenhum compromisso de gasto confirmado até esse momento, o Orçamento deste ano já autoriza despesas de R\$ 62 milhões com o TAV, dos quais R\$ 52 milhões na esfera da ANTT, para estudo de implantação.

Consultor cita TAV como exemplo de má qualidade de gestão

Um caso clássico de má qualidade da gestão de investimentos públicos. Assim o consultor Marcos Mendes, do Senado Federal, qualifica o projeto do trem de alta velocidade (TAV), entre Rio de Janeiro e Campinas, considerado prioritário pelo governo federal e cuja licitação está em andamento. Em artigo publicado pelo Centro de Estudos da Consultoria do Senado, ele diz que não foram claramente caracterizados os problemas que

o TAV se propõe a resolver, tampouco houve uma estimativa precisa de seus custos.

Para Marcos Mendes, a leitura dos estudos de viabilidade do investimento feitos em 2009 pelo Consórcio Halcrow-Sinergia permite deduzir – embora “com alguma dificuldade” – que o principal problema a ser solucionado pelo TAV seria “o congestionamento e baixas condições de segurança, tanto nos aeroportos de Congonhas (SP) e

Santos Dumont (RJ) quanto nas ligações rodoviárias entre as duas cidades”.

Marcos Mendes critica a falta de dados sobre os problemas analisados e a ausência de propostas alternativas, como trens de velocidade intermediária ou mudanças na estrutura aeroportuária.

O consultor também questiona as prioridades do governo ao lançar um edital para um trem de alta velocidade, desconsiderando problemas “mais

impeditivos do crescimento da renda e do bem-estar”, como congestionamentos e riscos no eixo Rio-São Paulo e a lenta mobilidade nos centros urbanos. Segundo Marcos, medidas para resolver esses problemas “alcançariam uma grande massa de usuários de baixa renda, ao contrário do TAV, cujo público-alvo é de alta renda” (a íntegra do estudo sobre o trem-bala pode ser acessada no endereço <http://migre.me/25gnl>).

Crueldade que deixa sequelas

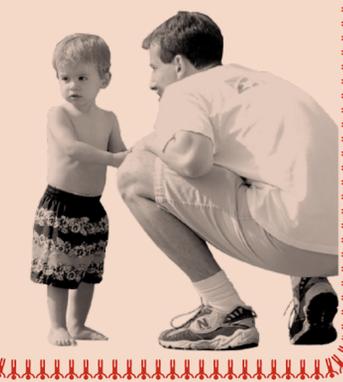
Ressentimento, raiva e inveja levam ao comprometimento das relações entre pais e filhos, com severas consequências

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

- Manchar a imagem do outro genitor.
- Organizar atividades para o dia de visitas, de modo a tornar a visita desinteressante ou mesmo inibi-la.
- Não comunicar ao outro genitor fatos importantes relacionados à vida dos filhos (rendimento escolar, consultas médicas, doenças etc.).
- Obrigá-lo a optar entre a mãe ou o pai, ameaçando-a com consequências caso a escolha recaia sobre o outro genitor.
- Transmitir seu desagrado diante do contentamento externo da criança em estar com o outro genitor.
- Controlar excessivamente os horários de visitas.
- Transformar a criança em espiã da vida do outro genitor.
- Emitir falsas imputações de abuso sexual, uso de drogas e álcool.
- Tomar decisões importantes sobre os filhos, sem prévia consulta ao outro genitor (como escolha ou mudança de escola, de pediatra etc.).
- Viajar e deixar a criança com terceiros sem comunicar ao outro genitor.
- Apresentar novo(a) companheiro(a) à criança como sendo seu novo pai ou mãe.
- Criticar a competência profissional e a situação financeira do outro genitor.

CONSEQUÊNCIAS PARA AS CRIANÇAS

- Sentimento constante de raiva e ódio contra o genitor alienado e sua família.
- Sentimentos e crenças negativas sobre o outro genitor.
- Distúrbios psicológicos como depressão, ansiedade e pânico.
- Tendências suicidas.
- Baixa autoestima.
- Dificuldade em manter uma relação estável, quando adultas.
- Problemas de gênero, em função da desqualificação do genitor atacado.
- Uso de drogas e álcool como forma de aliviar a dor e culpa da alienação.



Fonte: Associação de Pais e Mães Separados - Apase

Lei agora protege filhos na separação dos pais

Pais separados agora pensam duas vezes antes de usar os filhos como meios de vingança contra o ex-cônjuge. Apesar da controvérsia entre os psicólogos, Brasil é o primeiro país do mundo a legislar sobre a alienação parental

DESDE AGOSTO, O Brasil é o primeiro país a ter uma lei específica para proteger crianças e adolescentes contra as práticas de alienação parental (AP), segundo especialistas. “O problema não é novo. É só reparar com que frequência pais separados transformam os filhos em instrumento de pressão de um contra o outro”, situa o senador Paulo Paim (PT-RS), um dos relatores, ao lado do senador Pedro Simon (PMDB-RS), do projeto que resultou na Lei 12.318/10.

Agora, com uma alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), os pais e seus familiares terão que tomar mais cuidado com o que dizem e com o que fazem aos filhos no processo de separação, para não aliená-los do convívio com o outro genitor. A nova lei chega a exemplificar sete formas de AP. Elas variam desde a campanha de desqualificação do genitor que não fica com a guarda dos filhos, geralmente o pai, até apresentação de falsas denúncias contra esse genitor e seus familiares (veja abaixo).

Os casos que não conseguem fazer o chamado “luto da separação”, como classificam alguns especialistas, são capazes de atos perversos, usando os filhos como instrumento de vingança. Uma das formas que vêm crescendo e chamando a atenção de juristas, psicólogos e assistentes sociais é a falsa denúncia de abuso sexual, geralmente contra pais, porque no Brasil a guarda ainda é concedida em quase sua totalidade às mães.

Embora faltem estatísticas, a desembargadora gaúcha Maria Berenice Dias, relatora de uma das primeiras decisões judiciais no Brasil com base na AP, estima que 30% dessas denúncias de abuso são falsas e em outras 40% há dificuldade em

se obter resultado preciso, comprando-se apenas 30%. Na dúvida, o convívio é interrompido. “A atitude imediata do juiz é suspender as visitas, como forma de proteger a criança. E o processo de averiguação da veracidade da acusação leva tempo”, explica.

Por essa razão, a nova legislação tentou ajudar o convívio dos filhos com o genitor alienado que sofre falsas denúncias, assegurando pelo menos a visitação assistida, desde que não haja prejuízo à integridade física e psicológica da criança ou do adolescente. “Os juízes passaram a ter instrumento que lhes proporciona conforto legal nas suas decisões sobre os direitos previstos na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente”, avalia Paim.

Apesar das controvérsias sobre a lei, principalmente entre os psicólogos, o juiz paulista Elizio Luiz Perez diz que ela já está cumprindo o seu caráter pedagógico e chamando a atenção de outros países. “A Espanha vai realizar um congresso em abril e quer conhecer a experiência brasileira”, informa. Apesar de não haver lei específica, tribunais de países como Alemanha, Inglaterra, Israel, Suíça, Austrália, Estados Unidos e Canadá já decidem com base na AP.

Responsável pelo anteprojeto disponibilizado na internet – que ganhou 27 versões antes de chegar às mãos do deputado que o apresentou, Régis de Oliveira (PSC-SP), incluindo contribuições de psicólogos, advogados, juristas e entidades que representam pais e mães separados –, Perez afirma que a lei procura ampliar a aplicação da guarda compartilhada e já está mudando o comportamento de pais separados.



Audiência na Câmara dos Deputados: juiz Elizio Luiz Perez, Sandra Maria Araújo, Karla Mendes, deputada Maria do Rosário, Maria Berenice Dias e a representante do Conselho Federal de Psicologia, Cynthia Rejanne Ciarallo

Aumentam falsas denúncias por abuso sexual contra pais

Uma das práticas mais cruéis de alienação parental, e que vem ocorrendo com muita frequência, segundo especialistas, é a falsa denúncia de abuso sexual contra o pai ou a mãe que não detém a guarda dos filhos. Diante de uma acusação grave como essa, os juízes geralmente suspendem imediatamente as visitas como forma de proteger a criança ou o adolescente, determinando avaliação médica e psicológica do alienado, e tratamento clínico dependendo do caso.

O genitor alienado recorre para mostrar que isso não passa de uma represália da ex-parceira ou ex-parceiro. Mas o processo pode durar anos, impedindo o convívio entre os filhos e o genitor alienado – na maioria dos casos, o pai (no Brasil, a guarda geralmente é concedida às mães).

O arquiteto gaúcho Virgílio Matos, representante da Associação de Pais e Mães Separados (Apase) no seu estado, há três anos não vê e nem fala com seu filho Jerônimo, atualmente com dez anos e morando em Florianópolis com a mãe. Tudo começou, segundo ele, em 2005, quando a ex-mulher descobriu que o arquiteto estava namorando. Ai teriam surgido vários segmentos da sociedade em torno da importância de coibir legalmente as práticas de alienação parental.

– Não demorou, veio a falsa denúncia. Houve laudos falsos e outros mal elaborados. O processo, que tinha dez folhas, hoje está com 1,5 mil – relata Matos, que aguarda para dezembro o desfecho do caso na Justiça.

Enganada pela mãe, jornalista viveu afastada do pai

Durante 17 anos, ela não teve a menor possibilidade de conviver com o seu pai, nem sequer possui uma fotografia dele. Os avós paternos morreram sem que ela os conhecesse, muito menos pôde conviver com os primos. Só aos 19 anos, quando estava na metade do curso de Jornalismo, é que Karla Mendes, hoje com 40 anos, descobriu que havia sido alvo de armarilhas e armações da própria mãe para afastá-la não só do pai, que morava nos Estados Unidos, como de toda a família paterna.

– Dos 2 anos de idade aos 19, tudo o que ouvia era que meu pai não prestava, que havia supostas tentativas de agressão à minha mãe e que ele simplesmente nunca havia nos procurado. Ele, na verdade, procurou com insistência, e esse direito sempre lhe era negado, como também a qualquer pessoa da sua família – contou Karla durante audiência na Câmara.

A jornalista maranhense, que não tem contato com a mãe há sete anos, se engajou na luta pela nova lei. Deu entrevistas e participou, com o pai e a irmã, do documentário *A Morte Inventada*, do diretor Alan Minas, que ajudou a alertar e a mobilizar vários segmentos da sociedade em torno da importância de coibir legalmente as práticas de alienação parental.

– A alienação não tem nada a ver com guarda. Ela pode ser praticada ainda durante o casamento – alerta a jornalista, lembrando sua própria história.

Mediação: alternativa para evitar briga na Justiça

Para os pais separados que buscam alternativas para escapar das contendas na Justiça, segundo especialistas, o meio mais adequado é a mediação. Praticada no Brasil há cerca de 15 anos, ela proporciona, desde que haja a adesão voluntária das duas partes, a transformação de conflitos. “O mediador escuta imparcialmente as partes e as conduz de forma a que não percam o foco no conflito em si, para poder transformá-lo”, conceitua a advogada Fabíola Orlando, vice-presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem (Caprev), criada em agosto de 2009 por iniciativa de procuradores federais.

O mediador não precisa ser necessariamente advogado ou psicólogo, mas tem que ser profissional devidamente capacitado e habilitado. A seção do Rio Grande do Sul da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RS) inicia em dezembro a formação de 40 dos 120 profissionais que vão trabalhar na Casa da Mediação, em Porto Alegre. Trata-se de um projeto-piloto, com recursos da Secretaria da Reforma do Judiciário, do Ministério

da Justiça, para atendimento gratuito, a partir de março de 2011, à população que recebe até três salários mínimos. Há desde juizes a profissionais de teatro, segundo o responsável pelo projeto, Ricardo Dornelles, da OAB/RS.

Mesmo em casos graves, que envolvem falsa denúncia de abuso sexual, é possível recorrer à mediação. O atendimento, segundo Dornelles, pode ser separado com cada uma das partes, ou em conjunto, se ambas concordarem. Uma das regras da mediação é obter a comunicação pa-

cífica entre as pessoas. – O mediador estimula sempre o lado positivo de cada pessoa e o que cada uma enxerga de positivo na outra. Quando elas conseguem se desarmar e uma ouvir a outra, normalmente há transformação e respeito pelas diferenças, desde que tenham certo padrão de normalidade psicológica – diz.

Com isso, a mediação pode ser um meio de os pais em conflito evitarem ou interromperem atos de alienação parental e enxergarem as reais necessidades dos filhos, na avaliação de Fabíola. “É necessário

separar a responsabilidade conjugal da parental. A mediação possibilita desenharmos o retrato da família para além do port retrato”, ilustra a especialista Fabíola Orlando.

A formalização pode ser um termo de entendimento registrado em cartório, valendo como título extrajudicial, ou um acordo homologado em juízo, o que normalmente ocorre quando envolve guarda dos filhos e visitação. A mediação difere da conciliação, onde o acordo é obtido com a intervenção direta do conciliador, em processo rápido, sem que haja, por exemplo, um olhar aprofundado sobre os conflitos entre as pessoas.

Embora o Brasil ainda esteja engatinhando nessa área, a mediação é amplamente difundida nos Estados Unidos. Lá, por exemplo, se uma família registra queixa na delegacia, a audiência com o juiz ocorre em um ou dois dias, com o encaminhamento simultâneo a mediadores e a uma equipe interdisciplinar, formada por psicólogos, assistentes sociais e advogados.

A equipe atua como cuidadora da família, fazendo diagnóstico das relações familiares, identificando suas necessidades e encaminhando para atendimentos específicos.

Psicólogos divergem quanto à eficácia da lei

Apesar de a lei ter buscado apoio na teoria do psiquiatra norte-americano Richard Gardner, que criou em 1985 o termo síndrome de alienação parental (SAP) para designar o conjunto de sequelas que podem afetar crianças e adolescentes vítimas dessa prática, ela possui uma definição própria (veja o quadro).

Mesmo com o cuidado de não se referir nenhuma vez à patologia, caracterizada quando a criança passa a responder ativamente para a campanha promovida pelo alienador, a inclusão da AP em lei gera muita polêmica, principalmente entre os psicólogos. O Conselho Federal de Psicologia, com mais de 200 mil filiados, defende a guarda compartilhada, mas não tem posição definida sobre a lei.

A representante da entidade, Cynthia Rejanne Ciarallo, levanta vários questionamentos sobre a oportunidade de ter lei específica sobre o tema e o seu caráter educativo e de prevenção aos atos de AP, embora reconheça a ativa participação de psicólogos jurídicos na elaboração do novo texto legal.

Durante debate público na Câmara, em outubro do ano passado, sobre o PL 4.053/08 – que resultou na Lei 12.318/10 –, Ciarallo disse que a entidade prioriza o protagonismo da família, com apoio e suporte do Estado, no sentido de que os familiares consigam gerenciar seus próprios conflitos.

– A entrada e a inserção do Estado na instância privada e da família, tema bastante controverso, são um caminho que tem levado a uma retirada da competência e do protagonismo da família nas resoluções dos seus conflitos – disse Ciarallo.

Para Tamara Brockhausen, especialista em psicologia jurídica e clínica, em São Paulo, o Brasil é um país pouco intervencionista nas relações familiares. “Tem muita lei, mas interfere muito pouco”, diz. Os atos de alienação são considerados por muitos especialistas formas de violência contra crianças e adolescentes.

A psicóloga Sandra Baccara, terapeuta familiar com 30 anos de experiência, contou na Câmara a história de um paciente que sofreu depressão profunda na adolescência. Recusou-se a voltar para a terapia já adulto, com apoio da mãe alienadora. Vítima de AP, suicidou-se aos 23 anos. Hoje, a psicóloga trabalha para atenuar o sofrimento do pai.

Legislação define a prática, orienta juízes e exige laudo para fixar penalidades

Define o ato da alienação parental (AP) como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que detêm a guarda ou vigilância, ou os que tenham sob sua responsabilidade, para que repudie o outro genitor, ou cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Exemplifica formas de AP, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros.

Entre as sete formas citadas no texto legal, estão: realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; dificultar contato com o outro genitor e o exercício da autoridade parental e do direito regulamentado de convivência familiar; apresentar falsa denúncia contra o outro genitor e seus familiares.

Orienta o juiz a determinar perícia psicológica ou biopsicossocial quando houver indício da prática de ato de AP. Exige que a perícia seja feita por profissional ou equipe multidisciplinar habilitados, com

aptação comprovada por histórico profissional ou acadêmico para diagnosticar atos de AP.

Determina que o laudo pericial seja embasado em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, compreendendo entrevista pessoal com as partes (não mais com apenas um dos lados envolvidos); exame de documentos dos autos; histórico do relacionamento do casal e da separação; cronologia de incidentes; avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca de eventual acusação contra genitor. O prazo é

de 90 dias, prorrogável por autorização judicial.

Gradua as penalidades. Dependendo da gravidade do caso, o juiz pode advertir o alienador, ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado, estipular multa ao alienador, determinar acompanhamento psicológico e (ou) por médicos e assistentes sociais, determinar alteração da guarda para guarda compartilhada ou inverter a guarda, determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente, declarar a suspensão da autoridade parental.



Senadora lamenta erros graves pelo segundo ano sucessivo no exame organizado pelo governo federal e diz que presidente eleita precisa assumir compromisso com o setor

Marisa critica Enem e pede a Dilma prioridade à educação

AS FALHAS NA aplicação das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), realizado no último fim de semana, levaram a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) a dirigir duras críticas à atuação do governo federal na educação, cobrando explicações do ministro Fernando Haddad.

Ela observou ontem que, pelo segundo ano consecutivo, o Enem apresenta "falhas graves", a ponto de as provas serem canceladas, enquanto o país mais uma vez tem mau desempenho no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Organização das Nações Unidas (ONU).

De acordo com Marisa Serrano, apesar de ocupar a 73ª posição no índice geral, quando

se leva em conta a desigualdade na distribuição de renda, educação e saúde, o Brasil cai para 102º.

Para a senadora, ao contrário do que a presidente eleita, Dilma Rousseff, afirmou em entrevistas após sua vitória, a educação não está bem encaminhada, quando deveria ser uma prioridade do governo federal.

– Não posso admitir que uma presidente eleita não coloque a educação como prioridade nacional, que ache que ela está muito bem e não precisa mais de ajustes porque vai muito bem. Não vai, não, presidente Dilma – afirmou a senadora.

Marisa também mencionou estudo da ONG Todos Pela Educação baseado em dados



Marisa: ao contrário do que Dilma diz, educação não está bem encaminhada

da Prova Brasil de 2008 que indicam que somente 25% dos alunos que chegam à 4ª série do ensino fundamental aprenderam matemática em níveis mínimos esperados.

Papaléo cobra de ministro explicações sobre exame

Ao lamentar os problemas ocorridos, no final de semana, na aplicação das provas do Enem, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que o ministro da Educação, Fernando Haddad, deveria fazer um pronunciamento em cadeia de rádio e televisão para explicar as irregularidades da prova à população.

– Se ficar como estamos vendo, o descrédito da população em relação ao exame vai aumentar – afirmou o senador, lembrando as falhas ocorridas no Enem em 2009.

Papaléo ressaltou que não é contra o Enem, recordando que o exame – que segundo ele "tem falhas gritantes" – , foi



Na avaliação de Papaléo Paes, o governo deve anular a prova

criado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Disse, no entanto, ser lamentável que as irregularidades da prova, que mobilizou 4,6 milhões de jovens, tenham transformado o teste

em uma "catástrofe", enquanto os técnicos do governo "ficam caladinhos".

– Isso é a ditadura que estamos passando, a ditadura da informação não adequada – afirmou.

Papaléo disse que não tem a "mínima confiança na lisura" do governo atual e que um dos problemas graves do último exame foi uma inversão verificada no cartão-resposta da prova.

– O governo vai ter que anular a prova. É a corrupção, o investimento mal feito do dinheiro público e a falta de responsabilidade desse ministro da Educação, que passou por esse governo sem ser notado por quem esteja aqui.

João Faustino rejeita possível volta da CPMF

João Faustino (PSDB-RN) afirmou ontem que integra a grande parcela da população indignada com as notícias de que a Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) poderá ser recriada em 2011. Atualmente, disse, pelo menos 25% dos salários e remunerações são usados para o pagamento de impostos.

– Isso para não se falar na cobrança indevida e inadequada dos inativos e pensionistas, após anos e anos de serviços prestados ao país, aos diversos setores, sejam públicos ou privados.

Para o senador, o governo federal não precisa recriar a antiga CPMF para ter recursos para a saúde, mas sim "arrecadar bem e gastar bem".



Para o senador, o que governo precisa é arrecadar e gastar bem

– O governo precisa deixar de ser perdulário, deixar de gastar mal.

Faustino leu trechos do artigo "Dilma ampara um lance de estelionato", do jornalista Elio Gaspari, que afirma que, na campanha eleitoral, governistas e opositoristas prometeram reduzir a carga tributária, mas, três dias após o segundo turno, a eleita e outras autoridades já comentam a possibilidade de recriação da CPMF.

Violência contra crianças revolta Níura Demarchi

A violência e os abusos contra crianças e adolescentes ainda são um grande problema brasileiro, disse ontem a senadora Níura Demarchi (PSDB-SC). Citando dados da Unicef (órgão das Nações Unidas voltado para a infância), a senadora informou que, apenas em 2004, foram registrados 19,5 mil casos de violência doméstica contra crianças e adolescentes no Brasil.

– É chegada a hora do basta. Como princípio, não vou mais tolerar os pontos de prostituição infantil em meu estado; não vou tolerar escolas ineficientes; não vou tolerar agentes de governo surdos. A todo custo, estarei presente não apenas no debate, na apresentação



Senadora afirma que violência "torna sociedade brasileira indigna"

de denúncia ou em números estatísticos. Presente estarei no combate. Essa violência é muito forte e torna a sociedade brasileira indigna na forma como se apresenta – afirmou.

Níura também citou a Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância, segundo a qual 12% dos 55 milhões de crianças brasileiras menores de 14 anos são vítimas de alguma forma de violência todos os anos.

Para Paim, previdência social do Brasil é uma das mais perversas

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que, uma vez terminada a campanha eleitoral, "volta a celeuma do chamado déficit previdenciário". Paim comparou dados da Previdência brasileira com a da França, da Grã-Bretanha, do Chile e dos Estados Unidos.

– A situação dos brasileiros é, de longe, muito mais perversa – afirmou.

Paim disse que, no Brasil, o

empregado recolhe 11% e o empregador, 20% para a Previdência Social, enquanto na França, por exemplo, os servidores públicos deduzem 7,85% e os privados recolhem 10,55%, de acordo com dados divulgados pelo jornal Zero Hora. Ele assinalou que, como não consta informação a respeito de recolhimentos dos empregadores, é possível deduzir que seja zero.

– Se analisarmos apenas a



Paim compara contribuições no Brasil com as de outros países

capacidade contributiva, não existem chances de a Previdência brasileira ser deficitária – disse.

Senador divulga nota e afirma que ameaças não o intimidam

O senador Paulo Paim (PT-RS) divulgou nota em que repudia os atos de um grupo neonazista desarticulado pela polícia gaúcha nesta semana. Entre o material apreendido numa casa no centro de Porto Alegre, além de CDs, símbolos nazistas, livros e roupas com suásticas, havia um vídeo com imagens de violência contra negros e ameaças ao senador, por sua defesa de cotas raciais

nas universidades.

Na nota, Paim, que foi reeleito no pleito de outubro, afirma que as ameaças não o intimidarão e que sua luta pelo fim de todos os preconceitos prosseguirá.

O parlamentar propôs ainda a realização de uma audiência pública para debater o tema, no dia 19 deste mês, véspera do Dia Nacional da Consciência Negra.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Papaléo Paes • Paulo Paim • Mão Santa • Francisco Dornelles • João Faustino

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.

CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Suplicy pede concretização da renda básica de cidadania

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta enviada ao presidente Lula e à presidente eleita, Dilma Rousseff, em que pede a definição dos passos da renda básica de cidadania, prevista na Lei 10.835/04, oriunda de projeto do próprio senador. Suplicy sugere que a equipe de transição do governo trate do assunto.

Segundo o senador, o governo pode ouvir o economista Nelson Barbosa, do Ministério da Fazenda, que tem estudado projeto – também de Suplicy – que cria o Fundo Brasil de Cidadania, para financiar a renda básica. Aprovado pelo Senado, o projeto será ainda votado na Câmara, onde o relator é Ciro Gomes (PSB-CE).

A lei que criou a renda básica prevê que todo brasileiro terá direito a uma renda, repassada pelo governo, “suficiente para atender às despesas mínimas de



Suplicy recomenda que equipe de transição trate da implantação da lei

cada pessoa com alimentação, educação e saúde, considerando para isso o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias”.

Na carta, Suplicy também cumprimenta Lula e Dilma Rousseff pelas declarações “em que ressaltaram a erradicação da miséria e da pobreza absoluta nos próximos quatro anos como objetivo maior a ser alcançado”.

Fátima Cleide: vida das brasileiras vai melhorar com Dilma Rousseff

A vida das mulheres brasileiras irá melhorar ainda mais com a eleição de Dilma Rousseff à Presidência, acredita Fátima Cleide (PT-RO). Ela afirmou que a eleição colocou Dilma no grupo de 17 mulheres que atualmente lideram 16 países dos 192 representados na ONU – a Finlândia tem uma presidente e uma primeira-ministra.

– A eleição de Dilma significa muito para a democracia brasileira, que tem o desafio de promover mais igualdade entre os gêneros, possibilitando que mais mulheres assumam espaços de poder – afirmou.

Fátima Cleide observou que só nos países escandinavos há um equilíbrio entre homens e mulheres na formação dos gabinetes. Já no Brasil a mulher é sub-representada na política, pois mesmo tendo Dilma como presidente, apenas 45 deputadas federais foram eleitas, mesmo



Fátima Cleide diz que mulheres são sub-representadas na política nacional

número da atual legislatura.

– Dilma terá o desafio de não apenas dar continuidade a uma política que elevou a auto-estima do Brasil e o colocou na rota do crescimento econômico. Será um desafio também demonstrar que a longa trajetória de busca pelos direitos civis e políticos por parte dos movimentos organizados de mulheres não foi em vão – assinalou.

Mozarildo denuncia compra de votos na eleição de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou que entrará na Justiça Eleitoral com ação contra o governador reeleito do estado, José de Anchieta Júnior (PSDB), a quem acusa de compra de votos e de má gestão.

– Não pode prevalecer a corrupção eleitoral para eleger uma pessoa que não tem competência administrativa – disse.

Segundo Mozarildo, há vídeos, fotografias e depoimentos que provariam o crime de compra de votos. Ele citou reportagens na imprensa local, com indígenas denunciando o assédio.

José de Anchieta Júnior foi reeleito governador de Roraima, obtendo, no segundo turno, 50,41% dos votos válidos. Seu adversário, Neudo Campos (PP), obteve 49,59% dos votos, mas havia terminado o primeiro turno à frente na disputa e, por esse motivo, segundo o



Mozarildo anuncia que vai denunciar governador reeleito ao TRE e ao TSE

senador, houve uma “operação arrasa-quarteirão com a compra deslavada de votos”.

O senador informou já ter questionado anteriormente a capacidade gerencial de Anchieta Júnior, quando denunciou irregularidades na compra de medicamentos e a retenção previdenciária dos servidores do estado.

Senador mostra evolução econômica da empresa na última década e lembra que ela passou de oitava para a segunda maior produtora de minério de ferro no mundo

Dornelles exalta avanços da Vale após privatização

O SENADOR FRANCISCO Dornelles (PP-RJ) saudou a atual diretoria da mineradora Vale e disse que a privatização da empresa, ocorrida durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, gerou importantes divisas para o país. Nos últimos dez anos, afirmou, a Vale passou por uma “transformação gigantesca”, pulando de oitava para segunda maior do mundo na produção de minérios de ferro e outros.

Dornelles ressaltou que o valor da Vale em bolsa passou de R\$ 16,7 bilhões, no fim de 2000, para R\$ 285 bilhões nesta semana, um aumento de 1.607%, conforme frisou, o que a coloca como a 19ª maior empresa do mundo, de acordo com o ranking do jornal *Financial Times*.

Dornelles disse ainda que a Vale se diversificou e hoje, além do minério de ferro, investe também em níquel, carvão, fertilizantes e cobre, estando presente em 38 países e levando o nome do Brasil a lugares tão diferentes



Fotos de Waldemir Borralho/Senado Federal

Valor da empresa na bolsa teve aumento de 1.607% em dez anos, afirma Dornelles

quanto a Guiana, na América do Sul; Zâmbia, na África; Omã, no Oriente Médio; ou a Nova Caledônia, na Oceania.

De acordo com a consultoria Boston Consulting Group, revelou Dornelles, a Vale é uma das empresas que mais geraram valor para seus acionistas até 2008. Somando a valorização na bolsa com o pagamento de dividendos, quem, em 2000, aplicou R\$ 10 mil em ações da Vale hoje tem R\$ 218,4 mil. Somente para 2010, a empresa anunciou o pagamen-

to de cerca de US\$ 3 bilhões de dividendos e juros sobre o capital próprio, comparados a US\$ 256 milhões em 2000.

Dornelles disse ainda que, em apenas uma década, a receita líquida da Vale passou de R\$ 9 bilhões a R\$ 48 bilhões, em 2009, sendo que chegou a faturar R\$ 70 bilhões em 2008, antes da crise mundial. Em termos de lucro, a Vale saltou de R\$ 2 bilhões, em 2000, para R\$ 21 bilhões, em 2008, “recorde até hoje, um crescimento de 914%”.

Gurgacz quer reforma tributária para a redução do “custo Brasil”

Acir Gurgacz (PDT-RO), em discurso, recomendou à presidente eleita Dilma Rousseff que aproveite os primeiros meses do seu governo e lute por uma reforma tributária, com redução de impostos para o setor produtivo. O senador entende que a reforma reduzirá substancialmente o chamado “custo Brasil”, provocando crescimento econômico com aumento de salários. Com isso, haverá crescimento nas receitas tributárias, que serão aplicadas em educação e no bem-estar da população mais pobre, afirmou.

– Educação, saúde e renda são fatores completamente influenciáveis pela taxa de desenvolvimento. Se esses índices estão

fracos no Brasil, é porque nosso desenvolvimento está deixando a desejar – ensinou.

Acir Gurgacz se disse satisfeito com a divulgação, semana passada, do Índice de Desenvolvimento Humanos (IDH), feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), no qual o Brasil ficou em 73º lugar em uma lista de 169 países. O índice brasileiro teve pequena melhoria e só não ficou melhor por causa da educação.

Ele lamentou, no entanto, que o Brasil continue sendo um país com grandes desigualdades e o próprio Pnud informa que 8,5% dos brasileiros ainda enfrentam privações em saúde, qualidade



Gurgacz sugere que Dilma se dedique à reforma no início do seu governo

de vida e educação. Observou que órgão da ONU alerta que outros 13,1% dos brasileiros correm o risco de entrar nessa faixa de pobreza. Gurgacz também lastimou que, conforme as mesmas estatísticas do Pnud, 20,2% dos brasileiros enfrentam “pelo menos uma grave privação em educação”.

Mão Santa rejeita rótulo de “oposição raivosa”

Mão Santa (PSC-PI) disse que não aceita a pecha de “oposição raivosa”, feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na semana passada. Mão Santa assinalou que se fosse “raivoso” teria levado à tribuna do Senado as centenas de indagações que recebeu sobre o enriquecimento do filho do presidente, conhecido como Lulinha.

– Eu tenho centenas de e-mails querendo saber as riquezas do filho do Luiz Inácio. Eu nunca li nenhum aqui porque eu respeito a família, a sagrada família, o que o Rui Barbosa disse. Nunca ter raiva, não; sair daqui como senador raivoso, não, Luiz Inácio, isso não, como senador que cumpriu a sua missão, igual ao Rui Barbosa aí, com coragem, com firmeza, ele foi perseguido, ele passou mais tempo. E nunca dissemos nada – afirmou.



Mão Santa

Maciel lamenta a morte de Bastos de Ávila

O senador Marco Maciel (DEM-PE) lamentou a morte do padre jesuíta e acadêmico Fernando Bastos de Ávila, ressaltando que ele enriqueceu a Academia Brasileira de Letras (ABL) e contribuiu para o melhor conhecimento do pensamento social do país. Bastos de Ávila morreu aos 92 anos no último dia 6, em Belo Horizonte.

Nascido no Rio de Janeiro em 1918, Bastos de Ávila iniciou o noviciado na Companhia de Jesus, em 1935. Mudou-se para Roma em 1945 para a conclusão do mestrado em Filosofia e Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana. Em 1948, foi ordenado sacerdote jesuíta. De volta ao Brasil, em 1954, assumiu como professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio. Na instituição, dedicou-se durante 16 anos ao ensino de Introdução às Ciências Sociais e de Doutrina Social da Igreja. A “Escola do Padre Ávila”, como era chamada, formou uma geração de cientistas sociais com destaque nos meios universitários e acadêmicos.

Segundo Maciel, a obra do padre Ávila – quinze livros e numerosos ensaios, artigos e conferências – engloba sociologia teórica, problemas brasileiros, história e doutrina social da Igreja.

Aluna de escola de educação básica de Estrela, no Rio Grande do Sul, usa a forma de avião do Plano Piloto de Brasília para criar metáfora sobre os rumos do país

Gaúcha vence o 3º Concurso de Redação do Senado

COM TRABALHO AO qual deu o título de *Avião brasileiro*, a estudante gaúcha Fernanda Rodrigues venceu o 3º Concurso de Redação do Senado Federal, cujo tema foi *Brasília, capital dos brasileiros*. Fernanda estuda na Escola Estadual de Educação Básica Vidal de Negreiros, de Estrela (RS). Em sua redação, chama Brasília de "avião brasileiro, que mostra o rumo certo, acolhe um pouco de cada cultura, de todas as pessoas, de cada

canto do Brasil". A estudante acrescenta que "Brasília é este lugar especial, curioso e admirado por todos que a conhecem e também por aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de visitá-la". Em segundo lugar ficou a redação *Brasília, capital ... dos brasileiros*, feita pelo estudante Danilo Dutra Fuentes, do Centro Educacional Dr. Péricles Corrêa da Rocha, de Bom Jardim (RJ). O terceiro colocado foi o aluno

Moisés Modesto da Costa do Colégio Estadual Unidade Pólo, de Campo Mourão (PR). O título da sua redação é *Plano de voo*. Composta pelos consultores legislativos do Senado João Bosco e Marcos Magalhães, e a representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) Lilian Sena, a Comissão Julgadora escolheu os três vencedores dentre as 27 redações finalistas, uma de cada estado brasileiro.



Fernando Cesar Mesquita apresenta direção da Secs a Ana Amélia Lemos

Ana Amélia defende "resgate da credibilidade" da Casa

Transparência e austeridade no exercício do mandato são compromissos da senadora eleita Ana Amélia Lemos (PP-RS), que visitou ontem a Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado. A senadora, que recebeu 3,4 milhões de votos, disse que vai abrir mão do auxílio-moradia a que tem direito os parlamentares e que não vai preencher todos os cargos de livre nomeação em seu gabinete. – A imagem da instituição está diretamente ligada ao comportamento dos parlamentares. É preciso resgatar a credibilidade do Senado abalada pelo caso dos atos secretos – afirmou. A senadora disse também que a qualidade da representação parlamentar pode melhorar com a aprovação de pontos da reforma política, como o financiamento público de campanhas e o voto distrital misto. – É preciso impor limites para a participação de

governos e entidades como sindicatos nas campanhas. São recursos que não entram na contabilidade oficial – destacou. Ana Amélia afirmou ainda que pretende defender uma nova repartição dos recursos tributários. A situação atual, que destina 60% do bolo tributário à União, 25% aos estados e 15% aos municípios, além de injusta do ponto de vista federativo, fragiliza a democracia, avaliou. Ana Amélia se posicionou contra o retorno da CPMF. Para ela, o problema da saúde é de gestão dos recursos. – No período da CPMF, os recursos arrecadados não foram devidamente aplicados – salientou. Na opinião da senadora, o governo usa de esperteza ao associar a votação do texto que regulamenta a chamada Emenda 29 (emenda constitucional que assegura recursos para a saúde) à aprovação da nova CPMF.

Site tem página especial para orientar novos senadores

Está disponível desde quinta-feira passada a página especial Posse Senadores 2011, no site do Senado Federal. Construída para orientar os senadores eleitos em outubro, a página descreve os procedimentos necessários para a posse no próximo ano e explica detalhes da atividade legislativa e dos serviços administrativos de apoio ao gabinete do parlamentar.

A página foi criada por uma comissão de representantes das diversas áreas da administração da Casa, com a coordenação da Diretoria Geral do Senado. Os novos senadores tomarão posse no dia 1º de fevereiro de 2011. Nesse mesmo dia, eles devem eleger a nova Mesa Diretora. No dia 2 de fevereiro, o Congresso abre a nova legislatura em sessão solene.



A redação vencedora diz que "somos todos responsáveis" pelo "avião brasileiro", por meio do trabalho ou de nosso voto

Votação para melhor foto vai até a sexta-feira

Os internautas têm mais uma semana para participar da escolha das melhores fotos do 2º Concurso de Fotografia do Legislativo Federal, parte do projeto Senado Verde. Neste ano, as fotos têm como tema "Qual a energia que nós queremos?" Até a sexta-feira, os internautas podem votar em suas fotos preferidas, na página do concurso. A comissão organizadora recebeu a inscrição de 50 fotos, que foram divididas em três categorias: Plástica, Mérito e Montagem. Os jurados selecionaram 14 fotos para a categoria Plástica, 11 para a categoria Mérito e quatro para a categoria Montagem. Dentre essas 50 fotos, o público irá escolher as três finalistas, que serão então analisadas pelo júri encarregado de apontar a vencedora. A premiação é uma iniciativa do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), que vai oferecer valores que variam de R\$ 1 mil a R\$ 2 mil para os primeiros colocados.

Visitação do Congresso ganha prêmio de RP

O projeto "Visite Encena – História viva no Congresso Nacional" ([confira o link na página www.senado.gov.br](http://confira.o.link.na.pagina.www.senado.gov.br)) garantiu à Secretaria de Relações Públicas do Senado a vitória numa das categorias do Prêmio Nacional de Relações Públicas – POP 2010. O "Visite Encena" incorporou às visitas guiadas ao Congresso Nacional cenas com atores interpretando personalidades históricas como Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Ruy Barbosa e Princesa Isabel. A entrega do POP 2010 acontecerá no dia 30 deste mês, no Memorial da América Latina, em São Paulo. Realizado em parceria com a Coordenação de Relações Públicas da Câmara dos Deputados, o "Visite Encena" foi apresentado nos meses de abril e maio deste ano, em homenagem ao cinquentenário da cidade de Brasília. As visitas especiais, com participação de atores do Grupo Teatral Caixa Cênica, foram acompanhadas por cerca de 3 mil pessoas. O projeto de visitação foi o case vencedor na categoria "Relações Públicas nas Organizações Públicas".